

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.669 - MG
(2018/0040945-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : POSTO LEAO DO SUL LTDA
ADVOGADO : KARINA LILIANNI BRAGA E OUTRO(S) - MG093872
EMBARGADO : TRANSPORTADORA MARFORTE DO BRASIL EIRELI
ADVOGADOS : ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR - SP128515
FERNANDA CORREA DA SILVA BAIO - SP248857
EMBARGADO : RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : LUCIANO AMORIM DA SILVA E OUTRO(S) - SP182047

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por POSTO LEAO DO SUL LTDA em face da decisão acostada às fls. 851-854 e-STJ, da lavra deste signatário, em que se negou provimento a agravo em recurso especial manejado pela parte adversa.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 865-871 e-STJ), aponta obscuridade quanto à majoração de honorários.

Impugnação às fls. 874-879 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

Considerando a incerteza descrita pela embargante, **acolhe-se os embargos, para aclarar a decisão embargada.**

Em se tratando de majoração de honorários, esta incide sobre o valor dos honorários objeto condenação originária.

No caso, majorou-se em 10% os honorários. Ou seja, sobre o valor da condenação a título de honorários, deverá ser acrescido o percentual de 10%.

Em relação à ora embargante, as condenações originárias - 10% do valor da condenação, em relação a demanda principal, e 10% do valor da reconvenção, em relação a esta - **foram majoradas, cada uma, para 11% do respectivo valor.**

2. Do exposto, **acolhe-se** os embargos de declaração, apenas para aclarar a decisão, sem efeitos infringentes, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator